

# JUST ARBITRATION: Inovação e Segurança na Resolução de Conflitos

Síntese do Regulamento de  
Mediação, Conciliação e Arbitragem



Integridade, Autenticidade e Rastreabilidade

# Tradição Institucional com Visão de Futuro

Fundada em 2006, a JUST  
ARBITRATION atua na pacificação  
ágil e eficiente de conflitos,  
consolidando-se como referência  
nacional e internacional.



## Base Legal Sólida

Respaldo integral na Lei nº 9.307/96  
(Arbitragem) e Lei nº 13.140/15  
(Mediação).



## Alcance Global

Reconhecimento e execução de  
sentenças em mais de 166 países  
via Convenção de Nova York.

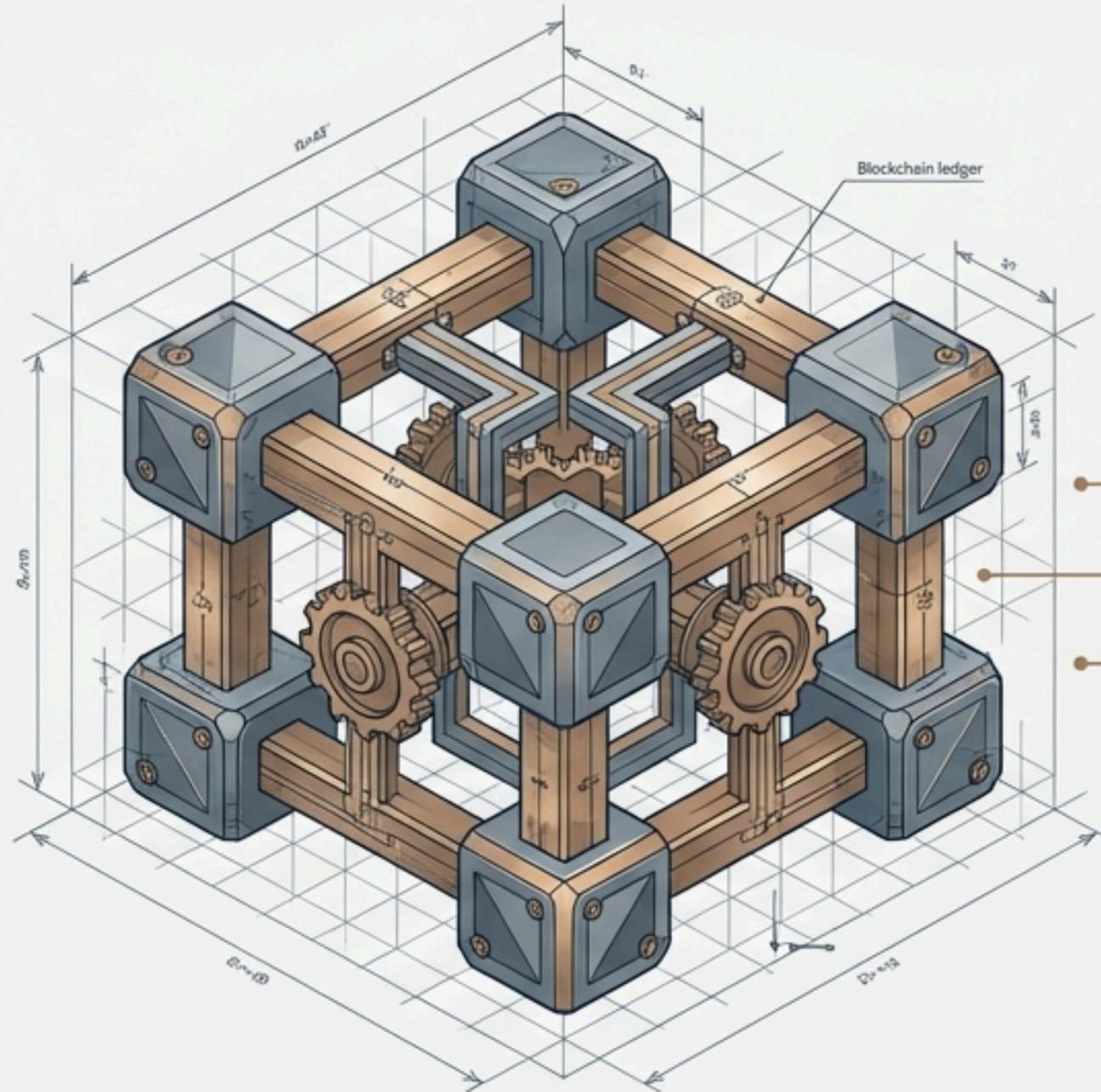


## Acesso Amplo

Atendimento especializado a  
pessoas físicas, jurídicas e entes da  
Administração Pública direta e  
indireta.

# Pioneirismo em Segurança Digital

A integração da tecnologia Blockchain garante proteção absoluta e inalterável para documentos, contratos e provas.



## Validação Global

Aplicação legal prática do Blockchain reconhecida em mais de 190 países.



## Conformidade Técnica

Alinhamento rigoroso com o Marco Civil da Internet, ICP-Brasil e normas internacionais (ISO/IEC 27037 e 27050).



## Tríplice Garantia

Assegura integridade inalterável das provas, autenticidade verificável e rastreabilidade total de cada ato processual.

# Ecosystema de Suporte e Gestão



## Árbitros e Mediadores

- **Os condutores exclusivos.**

Profissionais submetidos a cadastro rigoroso focado em capacidade técnica, independência, imparcialidade e idoneidade moral.

## Secretaria Administrativa

- **O motor logístico.**

Responsável por gestão de prazos, protocolos contínuos, notificações oficiais e suporte estrutural às audiências.

## Árbitros e Mediadores

- **Os condutores exclusivos.**

Profissionais submetidos a cadastro rigoroso focado em capacidade técnica, independência, imparcialidade e idoneidade moral.

# Caminhos para a Resolução: Mediação vs. Arbitragem

	<b>Mediação &amp; Conciliação</b>	<b>Arbitragem</b>
<b>Objetivo principal</b>	Solução consensual construída via diálogo direto	Decisão impositiva fundamentada em fatos e direito
<b>Papel do Condutor</b>	Terceiro imparcial atua apenas como facilitador	Árbitro atua como juiz de fato e de direito
<b>Desfecho Final</b>	Termo de Acordo (Título Executivo Extrajudicial)	Sentença Arbitral (Efeitos idênticos a uma sentença judicial)
<b>Recursos e Revisão</b>	Acordo voluntário, passível de homologação	Decisão definitiva, não sujeita a recurso ou homologação judicial

# Rigor Ético e Independência



## Equiparação Legal Penal

Árbitros equiparam-se a funcionários públicos para todos os efeitos da legislação penal durante o exercício de suas funções (Art. 17).



## Impedimento e Suspeição

Aplicam-se as mesmas regras do Código de Processo Civil exigidas aos magistrados. Há um dever contínuo de revelar qualquer potencial conflito de interesse.



## Garantia de Substituição

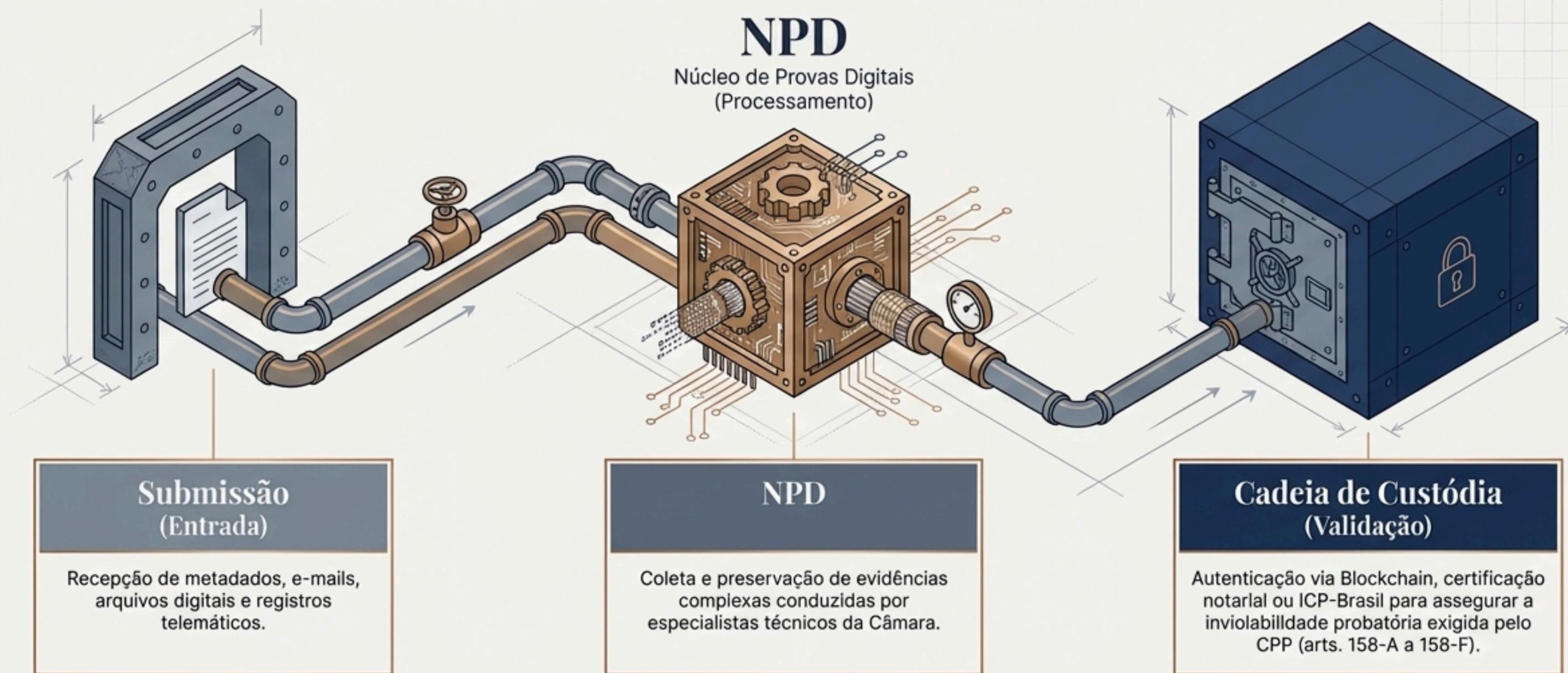
Substituição imediata assegurada em casos de recusa, renúncia, falecimento ou suspeição, sem invalidar os atos regulares já praticados (salvo decisão contrária do Tribunal).

# A Jornada Arbitral: Passo a Passo



# Gestão Científica de Evidências Digitais

Flexibilidade probatória resguardada por absoluto rigor técnico e legal.



# A Ponte Institucional com o Judiciário

## Carta Arbitral

O Tribunal Arbitral aciona o Judiciário (Art. 22-C da Lei 9.307) para viabilizar conduções coercitivas de testemunhas, constringimentos judiciais ou produção forçada de provas.

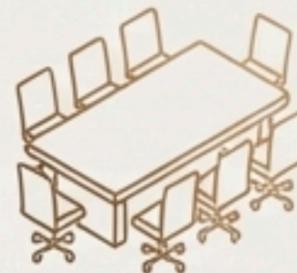
**JUST  
ARBITRATION**

**Poder  
Judiciário**

## Medidas Cautelares

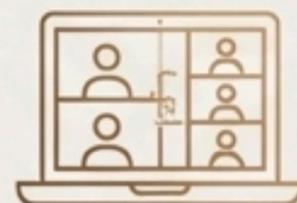
Antes da arbitragem, o Judiciário defere medidas de urgência (prazo de 30 dias para instituir a câmara). Após instituída, o Árbitro assume a competência para manter, modificar ou revogar a tutela.

# Flexibilidade e Modernidade nas Audiências



## Presencial / Híbrido

Infraestrutura física de excelência adaptável à conveniência logística das partes e à complexidade probatória do litígio.



## 100% Digital

Protocolos, notificações e audiências integralmente virtuais. Plataformas seguras garantem a mesma validade jurídica dos atos físicos.



## Controle e Ordem

Independentemente do formato, o Árbitro assegura igualdade de tratamento, a ordem dos atos e o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa.

# A Decisão Final e Vinculante

## Prazo Fixo

Sentença emitida obrigatoriamente em até 6 meses (contados da instituição da arbitragem).

## Esclarecimentos

Prazo de 5 dias úteis para solicitação de correção de erros materiais, ambiguidades ou obscuridades.



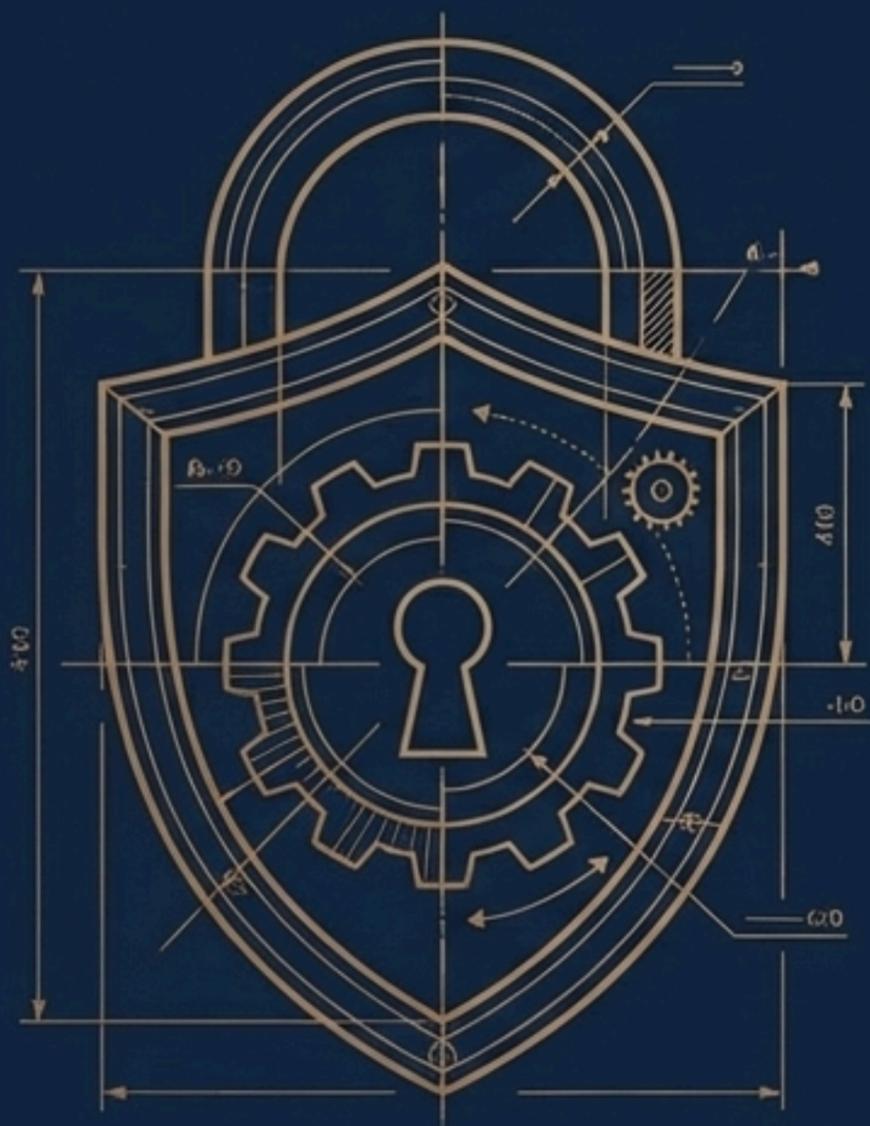
## Força de Lei

Produz efeitos exatos de uma sentença judicial; quando condenatória, constitui título executivo irrefutável (Art. 53).

## Custas e Má-Fé

A decisão estabelece a responsabilidade final sobre despesas do processo e pune eventual litigância de má-fé.

# Confidencialidade e Proteção de Dados



## Sigilo Absoluto

Procedimentos estritamente confidenciais. É expressamente vedada a gravação, reprodução ou divulgação por qualquer participante sem autorização formal.

## Adequação à LGPD

Conformidade total com a Lei nº 13.709/2018. Dados utilizados exclusivamente para instrução e julgamento do caso.

## Preservação Segura

Arquivos físicos e digitais mantidos sob segurança institucional restrita por um período mínimo de 5 anos após o encerramento.

## Propriedade Intelectual

Materiais do processo são protegidos; vedada utilização comercial ou externa sob pena de responsabilidade civil e criminal.

# O Framework JUST ARBITRATION

## Tradição Legal

Respalhada pela Lei de Arbitragem (9.307/96), CPC e Convenção de Nova York.

## Eficiência Procedimental

Árbitros especialistas, tramitação 100% digital, sentenças definitivas em 6 meses.

## Inovação Tecnológica

Autenticação via Blockchain, LGPD e Núcleo de Provas Digitais (NPD).

## Segurança Jurídica Absoluta

A Câmara transforma a complexidade estrutural do litígio em uma jornada altamente previsível, blindada por tecnologia e inquestionável perante a lei.



# A Escolha Definitiva para a Resolução de Litígios Complexos.

## **Base Normativa**

CRFB/1988 | Lei nº 9.307/1996 (Arbitragem) | Lei nº 13.140/2015 (Mediação) | Lei nº 13.105/2015 (CPC) | Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

## **Direitos Autorais**

© Just Arbitration®. Obra intelectual protegida pela Lei nº 9.610. Todos os direitos reservados. Vedada a reprodução sem autorização prévia.

## **Nota**

Material de síntese baseado no Regulamento Oficial da Câmara.